



JEQUITIBÁ EUGÊNIO DE MELO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO/AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Maiara Sanches¹, Guilherme Sousa², Marco Antônio Oliveira³, Dra Valéria Zanetti⁴

^{1,2,3,4}Faculdade de Educação e Artes - Universidade do Vale do Paraíba, Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – São José dos Campos, SP, sanchesmaiara70@hotmail.com, sousa.gsousa@gmail.com, marcoantonio_ao@hotmail.com, vzanetti@univap.br

Resumo: O objetivo deste estudo é entender o sentido da preservação de um exemplar de Jequitibá Rosa, localizado no distrito de Eugênio de Melo, para a cidade de São José dos Campos/SP, e especificamente, para os moradores do distrito, buscando entender o seu significado na atualidade, após longos períodos de desprezo e degradação. Patrimônio ambiental de importância histórica, o jequitibá, apelidado de Gigante Eugênio, passou por um processo de recuperação tornando-se referência local e marca da identidade do bairro.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico, História, São José dos Campos, Eugenio de Melo, Jequitibá-rosa.

Área do conhecimento: Ciências Humanas

Introdução:

“O Patrimônio Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural” (Declaração de Caracas, 1992).

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social, que ocupa um determinado território (COMPHAC, 2015).

O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida. Para Paoli (1992 p.1), a noção de “patrimônio histórico” deveria

evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo, acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade (PAOLI, Maria Célia, 1992, p.1).

As questões ligadas à memória social só foram tratadas com seriedade a partir de finais do século XIX. Antes, a preservação e interesse pelo patrimônio histórico era restrita a manifestações isoladas de estudiosos e colecionadores.

Segundo Lemos (1981 p. 8), o patrimônio cultural divide-se em três: Patrimônio Ambiental, Patrimônio Imaterial e Patrimônio Cultural. O patrimônio ambiental compreende os recursos naturais; por exemplo, os rios, as águas desses rios, os peixes, a carne desses peixes etc. De acordo com Lemos (1981, p. 9), o conhecimento, o saber, o saber fazer, são elementos não tangíveis que fazem parte do Patrimônio Cultural, que compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente.

O terceiro grupo de elementos, para Lemos, (1981 p.9) é o mais importante de todos: Este é considerado como tal, por reunir os chamados bens culturais que englobam todas as coisas, artefatos,



objetos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer (LEMOS, 1981, p. 8, 9).

Existem órgãos, departamentos e instituições voltados à preservação do patrimônio, em escala mundial, federal, estadual e municipal. A UNESCO desenvolve atividades para a proteção e conservação do patrimônio natural e cultural brasileiro, incluindo os sítios declarados pela UNESCO como "Patrimônio Mundial" (UNESCO, 2015).

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar os diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira. Esse órgão tem como missão promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento sócio cultural do Brasil (IPHAN, 2015).

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) tem a função de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Nessa categoria se encaixam bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais, dentre outros (CONDEPHAAT, 2015).

O processo de aceleração do crescimento urbano, em virtude do desenvolvimento econômico do município como pólo industrial, tecnológico e aeroespacial, ocorrido no começo da década de 1970, em São José dos Campos, levou o município a refletir sobre suas demandas históricas e culturais. Na década de 1980, surgiu o COMPHAC (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural de São José dos Campos), que elaborou a primeira lei geral de preservação do município, que serviria de base para os estudos futuros. Em 1985, promulgou-se a lei 3021/85, que dispôs sobre a criação de Elementos, Setores e Zonas de Preservação, instituiu o Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural e deu outras providências (<http://www.fccr.org.br/index>, 2015).

Ao final de 1985, com a criação da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, estabeleceu-se que essa instituição seria a responsável por manter uma equipe especializada para prestar assistência técnica ao COMPHAC. De 1984 até julho de 2001, o COMPHAC trabalhou sob a coordenação da Secretaria de Planejamento da Prefeitura e, desde 2001, vem se reunindo e trabalhando junto à Fundação Cultural Cassiano Ricardo. A Lei 4455 de 21/10/1993 inseriu nas atribuições da FCCR as atividades da Gerência de Patrimônio Histórico (GPH).

Discussão:

História do Jequitibá-rosa: *Carininas brasiliensis* Casar é o nome científico do jequitibá-rosa. Em suas características morfológicas está o fato de ele possuir de 30 a 50m de altura, com tronco de 70 a 100 cm de diâmetro por 2,0 a 4,0 de largura. É uma das maiores árvores da flora brasileira. A estimativa de vida do jequitibá-rosa é de 500 a 800 anos (LORENZI, 1995 p.135).

O jequitibá-rosa, árvore exuberante e ornamental, é bastante empregado no paisagismo de parques e praças públicas. Esta árvore emprestou seu nome a algumas cidades, ruas, palácios, parques etc., além de se tornar símbolo de estados como, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais (IDEM). No Vale do Paraíba, o jequitibá também aparece como "símbolo sentimental", a exemplo da cidade de Caçapava. Um exemplar de jequitibá acompanhou o município desde a sua fundação até a criação do município de Caçapava (FERREIRA, p.120, 121).

Na cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, um exemplar dessa espécie está localizado no Eugênio de Melo, distrito do município, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, tinha uma população de 83.665 habitantes. O jequitibá, chamado de "Gigante Eugênio", fica ao lado da Estrada velha Rio / São Paulo e próximo ao colégio engenheiro Juarez Wanderley.



Figura 1: Localização do Jequitibá Rosa em Eugênio de Melo
 Fonte: Google Earth, 2015



Figura 2: Localização do colégio Juez Wanderley, em azul (Colégio Embræer) próximo à área de preservação do Jequitibá Rosa.
 Fonte: Google Earth 2015.

O COMPHAC, em São José dos Campos, é órgão responsável pela preservação do patrimônio no município visando proteger os patrimônios tombados e a serem tombados, sejam eles culturais, ambientais, naturais, materiais ou imateriais.

O município viveu, na primeira metade do século XX, uma importante fase de sua história como estância climática e hidromineral, propícia para o tratamento da tuberculose. Com a construção da rodovia Presidente Dutra e com a vinda do CTA e ITA, posteriormente com o INPE, foram estimulados os investimentos industriais na região. A cidade de São José dos Campos passou a ser conhecida como pólo

industrial, e símbolo de desenvolvimento no Vale do Paraíba.

O desenvolvimento acelerado e a necessidade de acompanhar o ritmo dessa aceleração desviou a atenção da população, principalmente dos poderes instituídos, para o bem público histórico e cultural. O patrimônio, esquecido pelos poderes públicos, não estimulou, até finais da década de 1980, políticas de educação patrimonial e salvaguarda dos bens históricos do município. Por este motivo é que foi criado o COMPHAC, órgão encarregado de defender o patrimônio, cuidar de sua manutenção e preservação. (Fundação Cultural Cassiano Ricardo 2014). No entanto, foi somente em 1997 que o Jequitibá-Rosa do distrito de Eugênio de Melo foi contemplado com uma lei que o deixou imune ao corte, no governo da prefeita Ângela Guadagnin, que aprovou ações intensivas de preservação ambiental na cidade.

Essa lei considera como bens de interesse comum a vegetação de porte arbóreo existente no território urbano do Município, localizada em regiões carentes de áreas verdes, cujas copas ocupam uma superfície igual ou superior a 50% da superfície do imóvel e desde que constitua uma mancha contínua de vegetação, superior a 1 (um) hectare (TRUNKL, 2015).

Discussão:

Durante o processo de busca de contatos de pessoas que pudessem testemunhar sobre o jequitibá, popularmente conhecido como Gigante Eugênio, nos deparamos com Carlos Trunkl, o responsável pela restauração da árvore, e também conhecedor profundo de histórias sobre ela, já que cresceu próximo ao local onde está localizado o jequitibá, no distrito de Eugenio de Melo.

Em 1998, os arquitetos que cuidaram do processo de recuperação constataram a deteriorização da árvore. O interesse de Trunkl, aliado ao da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, permitiu a recuperação do exemplar. A prefeitura e a secretaria de serviços municipais, decidiram realizar a intervenção, no que viria a ser o primeiro patrimônio ambiental do município.

Carlos Trunkl é formado em engenharia agrônoma e trabalha na prefeitura de São José dos Campos desde 1995, pouco



antes da lei que deixou o jequitibá imune ao corte em 1997. Ele acompanhou de perto todos os processos de restauração da árvore e relatou alguns acontecimentos que evidenciaram o quanto as pessoas são desconhecedoras de sua história e de seu patrimônio.

Segundo Paoli (1992), quando se fala em patrimônio histórico pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado. Um passado paralisado em museus cheios de objetos que ali estão para atestar que há uma herança coletiva cuja função social parece suspeita.

A ideia que se tem sobre este passado mostra o quanto a sua preservação – como produção simbólica e material – é dissociada de sua significação coletiva, e o quanto está longe de expressar as experiências sociais. Porque este “legado”, esta “herança”, esta “história” enfim, apresenta-se sem referências ao presente e sem ligações significativas com as constantes modificações da cidade e das formas de vida que ela comporta (PAOLI, 1992 p.1).

A história da árvore está intrinsecamente ligada à história de Trunkl, que teve o primeiro contato com a árvore em 2001. Por meio do ouvir falar, e de lembranças de moradores; o uso que se deu ao jequitibá no passado e a forma como se apresenta no presente vão se constituindo:

Trunkl se recorda:

“Eu me lembro muito bem, era pequeno, a ENGESA fazia testes de impacto na árvore, então em toda aquela árvore se instalou uma necrose. Os testes ocorreram entre 1980 e 1985, e era nessa época que isso era feito. Não tenho provas, mas sei que isso acontecia, todo mundo comenta. E com isso, a árvore foi se deteriorando, não tinha cuidado nenhum, ela era alvo de cultos religiosos. Você pode observar lá que às vezes os caras iam, acendiam velas, por isso ela tem algumas cavidades lá” (TRUNKL, 2015).

A empresa citada por Trunkl foi uma indústria bélica, a ENGESA, que produzia veículos militares como o EE-9 Cascavel e o EE-11 Urutu. Foi fundada em 1963 e encerrou suas atividades no início dos anos 1990.

O início do processo de restauração do Jequitibá se deu somente em 2006 e ainda prossegue na atualidade. Mesmo que a

Fundação Cultural, juntamente com o COMPHAC atuem visando sua preservação, desde 1998.

A lei N. 9985 de 18 de julho de 2000, regulamentou o artigo 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, dando as seguintes providências:

Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

A partir de 2006, o compromisso formalizado da revitalização do jequitibá, junto ao Instituto Botânico de SP, começou a tentativa de recuperação da árvore; “mesmo que tarde”, segundo Trunkl. (2015). Foram realizados tratamentos de nutrição e podas, dado ao acentuado estado de necrose no caule, que estava comprometendo toda a parte copular (Idem). Trunkl (2015) afirma que teve que diminuir o peso da copa de um dos lados, já que o outro havia morrido.

Em decorrência dos ventos que chegam a até 80 km/h, a árvore sofreu fissuras e rachaduras. Na cintura do Jequitibá foram colocadas hastes de metal e cintas para fortalecer a espécime e não permitir que balançasse com a força dos ventos. De acordo com os especialistas, a estimativa de retirada da cinta é de quarenta anos. Este também é o período que se estima para a sua recuperação, já que exige um processo muito lento, devido a sua debilidade.

O interesse de preservar o jequitibá surgiu dos moradores juntamente com o poder público, dada a sua idade e a história da cidade que a árvore acompanhou. A relação de Trunkl com a árvore equipara a uma relação familiar, quando diz que “cuidar de árvores, de diversos tipos é uma paixão e que ter a oportunidade de ajudar a restaurar um patrimônio foi como cuidar da própria avó” (Trunkl, 2015).

A preservação está a cargo da prefeitura de São José dos Campos e do COMPHAC. As administrações anteriores que governaram a cidade apoiaram o projeto de



preservação do jequitibá. Os moradores também apoiam este processo, colaborando com Trunkl (2015) e orientando os demais moradores para que utilizem o espaço do jequitibá com consciência e respeito ao bem público tombado (Idem). Essa política de conscientização patrimonial, segundo relato dos especialistas, tem dado resultados, e são raros hoje os casos de velas encontradas ao pé do jequitibá.

Muitas foram às histórias do município presenciadas pelo jequitibá. Dizem os mais antigos moradores que a árvore serviu de paragem para os bandeirantes que cruzaram o vale em busca de índios para apresamento. Sobre isso, Trunkl fez o seguinte relato:

“O vale do Paraíba foi passagem dos bandeirantes, então eu acredito que ela teve importância histórica muito grande, mas essa rota da estrada velha, eu não sei como era, mas às vezes até o imperador passou por ali, ela deve ter presenciado tudo isso” (TRUNKL, 2015).

Considerações finais:

Trunkl (2015) reafirma a importância de se preservar um patrimônio histórico. Para o engenheiro agrônomo, cuidar e proteger é um exemplo social. Pois, um país que não preserva seus bens não pode ter futuro. É um dever social preservar um bem de todos. Tomaz (2010 p.5) afirma que, a preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, quotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora.

Como já afirmamos neste presente artigo, a conservação e preservação dependem da comunidade, não importando o tipo de patrimônio, pois a identidade se afirmar

Referências

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

diante de variados aspectos, e principalmente da consciência de cada cidadão.

É visível o desconhecimento das pessoas, sobre a importância histórica, e as referências que existem ao redor dos patrimônios da cidade, e durante todo o processo, esse foi nosso objetivo, mesmo que por vezes, seja difícil realizá-lo, tentamos ao máximo, fazer nossa parte.

A conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto um significado coletivo para determinada comunidade pois, por meio dele se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços e suas materialidades, utilizados por ela na construção de sua história. Uma política de preservação não pode ter como objeto apenas a preservação dos bens patrimoniais em si. (TOMAZ, 2010 p.5)

Agradecimentos:

Gostaríamos também de agradecer a colaboração de alguns professores, como a professora Walderez Joaquim, e a professora Sandra Costa, e mais especialmente a nossa querida orientadora, professora Valéria Zanetti, por nos mostrar como devemos preservar e proteger nosso patrimônio, e principalmente a história. Assim como, ressaltar a enorme presença da Fundação Cultural, tão atuante dentro da área, com projetos e programas de reconhecimento ao patrimônio, sempre se colocando à disposição de toda a população joseense.

Agradecemos particularmente a nossa diretora da Gerencia de Patrimônio Histórico Priscila, por nos incentivar e reconhecer nosso trabalho, a fim de nos trazer o sentimento de estarmos no caminho adequado.

Este presente artigo tornou-se muito especial em nossa trajetória acadêmica, porque, hoje sabemos, tanto exercendo a figura de professor, quanto de aluno, que um país, uma sociedade, um indivíduo, sem memória, faz uma nação, sem história.

LEMOS, Carlos Alberto Siqueira. O que é patrimônio histórico. São Paulo Ed. Brasiliense 1981

LORENZI, Harri INSTITUTO PLANTARUM DE ESTUDOS DA FLORA. Árvores brasileiras - v. 1: manual de identificação e



cultivo de plantas arbóreas do Brasil. São Paulo, SP: Plantarum, 1998 352

FERREIRA, José Carlos de Siqueira. Caçapava de São João Batista, a simpatia do Vale do Paraíba (1705 – 1995) JAC gráfica e editora LTDA 1ª edição – 1998

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28. FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO – relatório de vistoria (árvore imune ao corte) e histórico de preservação – jequitibá 500 anos

TRUNKL, Carlos Secretaria de serviços municipais São José dos Campos 2015

TOMAZ, Paulo Cezar. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL Universidade Presbiteriana Mackenzie 2010

Sites

<http://www.comphac.org.br/apresentação>
2015/05/21.2015

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/2015> 2015

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginalphan2015>
<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/2015>
2015

SEC/menuitem.a943691925ae6b24e7378d27ca60c1a0/?vgnnextoid=528dcf75c7e9b110VgnVCM100000ac061c0aRCRD#.VVyecvIviko 2015.

<http://www.fccr.org.br/index.php/comphac-sp-27657/leis-municipais/271-lei-302185>
2009. 2015

<http://www.fccr.org.br/index.php/comphac-sp-27657> 2014. 2015

http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/turismo/pontos_turisticos_eu.aspx 2015. 2015